



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO XXII PALMAS, SEXTA-FEIRA, 12 DE AGOSTO DE 2011

Nº 1865



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. Raimundo Moreira

1º Vice-presidente: Dep. Eli Borges

2º Vice-presidente: Dep. Eduardo do Dertins

1º Secretário: Dep. Stalin Bucar

2º Secretário: Dep. Iderval Silva

3º Secretário: Dep. José Augusto

4º Secretário: Dep. Manoel Queiroz

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Amália Santana (**pres**), Toinho Andrade(**vice**), Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, Freire Júnior, José Geraldo, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Amélio Cayres (**pres**), Osires Damaso (**vice**), José Geraldo, Sandoval Cardoso, Wanderlei Barbosa, .

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Eduardo do Dertins, José Augusto, José Bonifácio, Marcello Lelis, Raimundo Palito.

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Zé Roberto(**pres**), Amélio Cayres(**vice**), José Augusto, Manoel Queiroz, Osires Damaso.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eli Borges, José Bonifácio, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Toinho Andrade.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Marcello Lelis(**pres**), Raimundo Palito (**vice**), Eduardo do Dertins, Josi Nunes, Luana Ribeiro.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Amália Santana, Amélio Cayres, Freire Júnior, José Augusto, Sargento Aragão.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Solange Duailibe(**pres**), Vilmar do Detran(**vice**), Raimundo Palito, Sargento Aragão, Toinho Andrade.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Josi Nunes, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Osires Damaso, Zé Roberto.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às quartas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Freire Júnior(**pres**), José Geraldo(**vice**), Eduardo do Dertins, Eli Borges, Zé Roberto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: José Bonifácio, Marcello Lelis, Manoel Queiroz, Sandoval Cardoso, Raimundo Palito.

Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Turismo.

Reunião às quintas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Raimundo Palito(**Pres**), Luana Ribeiro(**vice**), Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Vilmar do Detran.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados((a): Freire Júnior, José Geraldo, Josi Nunes, Osires Damaso, Sargento Aragão.

Comissão de Segurança Pública

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Sargento Aragão(**pres**), Eli Borges(**vice**), Freire Júnior, José Bonifácio, Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Amélio Cayres, José Augusto, José Geraldo, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Acompanhamento e Estudos de Políticas Públicas para a Juventude.

Reunião às quintas-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Josi Nunes (**pres**), Eduardo do Dertins (**vice**), José Bonifácio, José Geraldo, Zé Roberto.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Amália Santana, Luana Ribeiro, Manoel Queiroz, Osires Damaso, Sandoval Cardoso.

Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher

Reunião às quintas-feiras, 17h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): Luana Ribeiro(**pres**), Amália Santana(**vice**), Josi Nunes, Manoel Queiroz, Toinho Andrade.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Marcello Lelis, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Solange Duailibe, Wanderlei Barbosa.

Comissão de Minas e Energia

Reunião às terças-feiras, 16h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Osires Damaso(**pres**), Amélio Cayres(**vice**), Marcello Lelis, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Eduardo do Dertins, José Augusto, Luana Ribeiro, Solange Duailibe, Toinho Andrade.

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Responsável: Diretoria de Área Legislativa

Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Taquigrafia e Documentação

Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM N.º 51/201 1

Palmas, 3 de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa o anexo Projeto de Lei 29/2011, que reajusta os benefícios de Pensão por Morte e de Aposentadoria, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV – TOCANTINS.

A presente proposta objetiva atualizar os valores dos benefícios de Pensão por Morte e de Aposentadoria, na conformidade do índice de reajuste concedido pela União aos beneficiários do Regime Geral da Previdência Social, descrito na Portaria Interministerial MPS/MF N.º 568, de 31 de dezembro de 2010.

Importante ressaltar que o reequilíbrio financeiro não será aplicado aos inativos e pensionistas cujos benefícios sejam reajustados na mesma proporção e data em que é modificada a remuneração dos que se encontram em atividade.

Expostas, assim, as razões determinantes de minha iniciativa, e solicitando que a tramitação do Projeto aconteça em regime de urgência, nos termos do art. 28 da Constituição do Estado, submeto a matéria ao discernimento desse Egrégio Sodalício.

Atenciosamente,

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 29/201 1

Reajusta os benefícios de Pensão por Morte e de Aposentadoria, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Os benefícios de Pensão por Morte e de Aposentadoria, mantidos pelo Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Tocantins – IGEPREV-TOCANTINS, são reajustados, a partir de 1º de janeiro de 2011, em até seis inteiros e quarenta e um centésimos por cento, na conformidade do Anexo Único a esta Lei.

Parágrafo único. O reajuste de que trata este artigo:

I – equivale à reposição da inflação apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC no ano anterior, acrescido de aumento real, na conformidade da Lei Federal 12.254, de 15 de junho de 2010;

II – não se aplica aos inativos e pensionistas que possuam seus benefícios reajustados na mesma proporção e data em que é majorada a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º. Para os benefícios majorados automaticamente por elevação do salário mínimo cabe reajuste a ser compensado quando da aplicação do disposto neste artigo.

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2011.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 3 dias do mês de agosto de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO AO PROJETO DE LEI N.º 29/2011

DATAS DO INÍCIO DO BENEFÍCIO	ÍNDICES DE REAJUSTE (%)
Até janeiro/2010	6,41
Em fevereiro/2010	5,48
Em março/2010	4,75
Em abril/2010	4,01
Em maio/2010	3,26
Em junho/2010	2,82
Em julho/2010	2,93
Em agosto/2010	3,00
Em setembro/2010	3,07
Em outubro/2010	2,52
Em novembro/2010	1,59
Em dezembro/2010	0,55

MENSAGEM N.º 52/201 1

Palmas, 3 de agosto de 2011.

Senhor Presidente,

Encaminho, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa Augusta Assembleia Legislativa o anexo Projeto de Lei 30/2011, propondo revogar dispositivos da Lei 127, de 31 de janeiro de 1990, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins.

A matéria objeto da revogação refere-se ao caráter excepcional que motiva a promoção de oficial ou praça da ativa ou dos transferidos para a reserva remunerada.

Tal medida é justificada pelo preceito do art. 1º da norma ora modificada, posto que estabelece ser a promoção ato administrativo reconhecedor do mérito e da habilitação do militar, desde que em preenchimento de vagas existentes e atendida a forma seletiva, gradual e sucessiva do processo.

É necessário ter em conta, ainda, que o planejamento para a carreira deve considerar critérios de regularidade, continuidade e equilíbrio, não havendo, portanto, argumento que sustente a excepcionalidade futura.

Expostas, assim, as razões determinantes de minha iniciativa, e solicitando que a tramitação do Projeto se faça em regime de urgência, nos termos do art. 28 da Constituição do Estado, submeto a matéria ao discernimento desse Egrégio Sodalício.

Atenciosamente,

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 30/2011

Revoga dispositivos da Lei 127, de 31 de janeiro de 1990, que dispõe sobre as promoções na Polícia Militar do Estado do Tocantins.

O Governador do Estado do Tocantins

Faço saber que a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São revogados o inciso II do §1º e o § 2º do art. 3º da Lei 127, de 31 de janeiro de 1990.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 3 dias do mês de agosto de 2011; 190º da Independência, 123º da República e 23º do Estado.

JOSÉ WILSON SIQUEIRA CAMPOS

Governador do Estado

PROJETO DE LEI N.º 159/2011

Denomina de Padre Cícero José de Sousa a ponte que liga os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta:

Art. 1º. É denominada de Padre Cícero José de Sousa a ponte que liga os municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

Padre Cícero José de Sousa nasceu em 16 de dezembro de 1922, em Filadélfia - TO. Depois de seus estudos seminarísticos em Belo Horizonte-MG (1941-1951), foi ordenado Sacerdote em 22 de setembro de 1951, na cidade de Porto Nacional, pelo Bispo Dom Alano Marie Du Noday.

Exerceu o ministério pastoral em Pedro Afonso, Miranorte, Guaraí e Miracema do Tocantins. Foi professor de matemática, latim, música e pedagogia nas cidades por onde passou.

Foi 2º Vigário de Miracema, chegou na cidade em outubro de 1960, e logo se apaixonou pelo lugar, onde construiu um grande legado ao longo de sua história na região.

Em Miracema, Padre Cícero criou o Ginásio Tocantins, hoje, Colégio Tocantins, e entregou a administração para as Irmãs da Assunção em fevereiro de 1962, escola que se transformou em uma das mais renomadas do Estado do Tocantins.

Foi Pároco da Catedral Santa Terezinha do Menino Jesus e da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição.

No dia 22 de setembro de 2001, Padre Cícero completou 50 anos de sacerdócio, uma vida inteira dedicada ao povo e a Igreja, logo após foi aposentado pelo Bispo Dom João José Burke.

Escreveu e publicou dois livros: "Travessias", que conta os momentos históricos de transformação da Região e do Brasil e, "Miracema do Tocantins Sombras e Luzes", que conta toda a história política e religiosa da cidade de Miracema do Tocantins.

Faleceu em 21 de dezembro de 2008, e foi sepultado na Catedral Santa Terezinha do Menino Jesus, em Miracema do Tocantins. Durante o velório, a missa e o sepultamento, assim como durante

toda a enfermidade dele, era notável o carinho do povo, do bispo, dos padres e seminaristas por Padre Cícero.

Padre Cícero, sempre se dedicou as causas populares e as lutas pelo desenvolvimento do povo da região. Visionário, entusiasta, acreditava que o desenvolvimento do município de Miracema, se concretizaria a partir da construção da ponte que desse acesso direto a Capital Palmas.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2011.

STALINBUCAR

Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 22/2011

Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins a Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS resolve:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas com a finalidade de:

I - reunir os Deputados que têm preocupação especial sobre o tema da dependência do álcool e das drogas no Estado do Tocantins;

II - promover amplo debate, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade civil, sobre o tema da dependência do álcool e das drogas no Estado do Tocantins, para apresentar propostas visando à implementação de políticas públicas pelo Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal;

III - promover o debate e a aprovação de proposições legislativas que visem à prevenção ao consumo de álcool e de drogas no Estado do Tocantins e ao tratamento dos dependentes químicos.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas reunir-se-á toda a semana, preferencialmente nas dependências da Assembleia Legislativa, podendo, por conveniência e necessidade, reunir-se em qualquer outro local.

Art. 2º. A Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas será integrada, inicialmente, pelos Deputados que assinarem a ata da sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros da Assembleia Legislativa.

Art. 3º. A Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas reger-se-á pelo seu Regimento Interno, observado o que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Até a aprovação do seu Regimento Interno, o funcionamento da Frente Parlamentar de Políticas sobre Álcool e Drogas observará as deliberações tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução visa criar a instituição no âmbito da Assembleia Legislativa em que seja possível o debate sistematizado, com a sociedade civil e outras instituições do Estado, acerca do tema que cada vez mais preocupa a população

tocantinense, principalmente porque afeta diretamente a família e a juventude do País: o uso de álcool e de outras drogas lícitas e ilícitas por parte de concidadãos pelos mais variados motivos que devem ser, pois, investigados pelo Estado, pela sociedade, pela família, pela escola e, claro, por esta Assembleia Legislativa.

Com efeito, as políticas públicas de prevenção e combate às drogas devem ser intensificadas e, conforme se observe o desvio de rota, modificadas para que sejam efetivamente exequíveis e tragam resultados positivos.

No Tocantins, nos núcleos mais povoados do seu território e nas cidades menores, vê-se a disseminação do uso de “crack”, “ácidos”, da “maconha”, o excesso de álcool, e também a utilização de altas doses de drogas lícitas que acabam servindo para finalidades diversas das que foram prescritas pelo médico ou pela bula do medicamento. Esse comportamento em que a droga constitui um objetivo diário da pessoa contribui negativamente não só para a desagregação familiar e morte de nossa gente, mas importa diretamente no subdesenvolvimento da própria sociedade e do Estado que perde cada vez mais um importante contingente de pessoas, recursos humanos inteligentes, os quais poderiam estar na escola, na pesquisa sobre algo importante para o Estado, trabalhando regularmente no seu ofício, enfim, ajudando a família e sua sociedade para este novo século XXI de grandes desafios.

Nesse sentido, sabe-se, preliminarmente, que muito já se discutiu sobre as drogas, há muitas ideias por aí, não tendo o mundo encontrado ainda uma saída viável para solucionar as consequências nefastas deste que é um dos graves problemas da humanidade.

Razão pela qual é irrecusável que esta Assembleia Legislativa, tal como outros Parlamentos do Brasil, como o Senado Federal tem feito, discuta de forma sistematizada alternativas de políticas públicas e legislações inclusivas que permitam o Estado do Tocantins solucionar ou amenizar as consequências geradas pelo uso excessivo de drogas lícitas e ilícitas por uma quantidade cada vez maior da população e da juventude.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2011.

RICARDO AYRES
Deputado Estadual

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 23/2011

Institui no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS resolve:

Art. 1º. Fica instituída, no âmbito da Assembleia Legislativa, a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis com a finalidade de:

I - reunir os Deputados que têm preocupação especial sobre o tema relacionado à defesa dos direitos dos consumidores de energia elétrica e combustíveis no Estado do Tocantins;

II - promover amplo debate, com a participação dos mais diversos segmentos da sociedade civil, sobre o tema dos direitos dos consumidores de energia elétrica e combustíveis no Estado do Tocantins para apresentar propostas visando à implementação

de políticas públicas pelo Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal;

III - promover o debate e a aprovação de proposições legislativas que visem à proteção dos direitos dos consumidores de energia elétrica e combustíveis no Estado do Tocantins.

Parágrafo único. A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis reunir-se-á toda a semana, preferencialmente nas dependências da Assembleia Legislativa, podendo, por conveniência e necessidade, reunir-se em qualquer outro local.

Art. 2º. A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis será integrada, inicialmente, pelos Deputados que assinarem a ata da sua instalação, podendo a ela aderir, posteriormente, outros membros da Assembleia Legislativa.

Art. 3º. A Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis reger-se-á pelo seu Regimento Interno, observado o que dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Até a aprovação do seu Regimento Interno, o funcionamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis observará as deliberações tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Resolução visa criar um local de debate franco e direto entre a sociedade tocantinense, os Deputados e outras autoridades para que sejam desenvolvidas políticas públicas e legislação moderna acerca de dois temas importantíssimos para o Estado do Tocantins: 1) a prestação de serviços pela concessionária CELTINS e a composição do preço da energia elétrica; 2) a composição do preço dos combustíveis.

Verifica-se, pois, que o Estado do Tocantins, composto na sua maioria por pessoas simples, cuja dificuldade de acesso aos direitos básicos do homem consumidor, conforme a Constituição Federal, são fatos notórios, deve intervir no relacionamento havido entre os empresários da energia elétrica e dos combustíveis com os consumidores tocantinenses, sob pena de fazermos dos preceitos constitucionais, asseguradores de um Estado Social de Direito, direitos existentes, mas violados.

Notadamente porque, segundo as circunstâncias atuais, o Estado do Tocantins exporta energia elétrica e possui uma das energias mais caras do país, sendo que a prestação de serviços à população não se desenvolve consoante a lei e conforme os regulamentos exigem. Ao passo que o preço nos postos de combustíveis, além de caros, gera suspeita, tanto pela rapidez e forma em que se dão os aumentos, como pelo fato de suposta inexistência de concorrência entre os postos de gasolina. Daí porque ser imprescindível debater os direitos desses consumidores por meio da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis.

Razão pela qual é irrecusável que esta Assembleia Legislativa discuta de forma sistematizada e direta alternativas de políticas públicas e legislações a respeito da Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica e Combustíveis.

Sala das Sessões, 3 de agosto de 2011.

RICARDO AYRES
Deputado Estadual

Atas das Sessões Plenárias

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 22 de junho de 2011

Ata da Septuagésima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia vinte e dois do mês de junho do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e José Augusto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Eli Borges, Iderval Silva, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana e Solange Duailibe. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Amélio Cayres, Freire Júnior, Toinho Andrade e as Senhoras Deputadas Josi Nunes e Luana Ribeiro. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 36/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 17/2011, que “Denomina trecho da rodovia estadual que especifica”; mensagem número 37/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 18/2011, que “Dispõe sobre o incentivo à inovação e à pesquisa científico-tecnológica nas atividades produtivas do Estado do Tocantins”; Ofício número 123/2011, oriundo da Saneatins, em resposta a Requerimento de autoria do Senhor Deputado Sargento Aragão; e ofícios oriundos da Empresa de Telefonia Móvel OI, em resposta a Requerimentos de autoria do Senhor Deputado José Geraldo. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 4.406 a 4.425. Em seguida, foram aprovadas as urgências dos Requerimentos que receberam os números 4.412, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; 4.407 e 4.408 de autoria do Senhor Deputado Sargento Aragão; e 4.410, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado José Augusto. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até vinte minutos, para Reunião com os Senhores Deputados na Sala VIP, reabrindo-a às dezessete horas e trinta e seis minutos, suspendendo-a, de ofício, por até três minutos, reabrindo-a às dezessete horas e quarenta e quatro minutos. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em primeira fase de discussão e votação os Projetos de Resolução número 19/2011, de autoria dos Senhores Deputados Estaduais, que “Altera a Resolução nº 286, de 17 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre os cargos de provimento em comissão da estrutura da Mesa Diretora, Lideranças, Comissões Permanentes e

Gabinetes de Deputados”, que deu origem ao Processo número 423/2011; Projeto de Lei número 143/2011, de autoria dos Senhores Deputados Estaduais, que “Fixa remuneração de Secretários de Estado, Secretário Extraordinário, Comandante Geral da Polícia Militar e Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar”, que deu origem ao Processo número 433/2011; Projeto de Decreto Legislativo número 06/2011, que “Altera o Decreto Legislativo nº 86, de 22 de dezembro de 2010, que dispõe sobre a remuneração dos membros do Poder Executivo”, que deu origem ao Processo número 422/2011; os quais, votados foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.399, 4.373, 4.344, 4.349, 4.350, 4.351, 4.352, 4.387, 4.396, 4.346, 4.348, 4.401, 4.339, 4.340, 4.397, 4.390, 4.391, 4.354 e 4.370, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Logo após, foi colocado em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4.426, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando todos os interstícios regimentais para apreciação dos Processos número 422/2011, 423/2011 e 433/2011, o qual foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e cinquenta e cinco minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 28 de junho de 2011

Ata da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária

Às nove horas do dia vinte e oito do mês de junho do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e José Geraldo, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran e da Senhora Deputada Josi Nunes. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Freire Júnior, Iderval Silva, Manoel Queiroz, Raimundo Palito, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior, para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 38/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 19/2011, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com as garantias que especifica”; Mensagem número 39/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Medida Provisória número 19, de 20 de junho de 2011, que “Altera o Anexo I da Lei 2.314, de 30 de março de 2010, que dispõe sobre o Quadro próprio de Delegados de Polícia Civil do Estado do Tocantins, e o Anexo I da Lei 1.545, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos Policiais Civis”; Mensagem número 39/2011, de autoria do Senhor

submeteu Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Não havendo expediente a ser lido passou-se à Apresentação de Matérias. Foi apresentado o Requerimento que recebeu o número: 4.469. Logo após, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento número 4.469, de autoria do Deputado José Geraldo, que solicita convidar o Superintendente do Sebrae Tocantins, Paulo Massuia, para trazer informações sobre a problemática que envolve a falta de regulamentação da Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas no Tocantins, de preferência no final dessa Sessão Ordinária (29/06) ou na próxima semana, o qual foi aprovado. No horário destinado às Comunicações, o Senhor Presidente com aquiescência do Plenário, suspendeu a Sessão pelo prazo de até quinze minutos, para Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a as dezesseis horas e trinta e três minutos. O Senhor Deputado Sargento Aragão assumiu a Primeira-Secretaria, e o Senhor Deputado Osires Damaso a Segunda Secretaria. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou que se fizesse a verificação de quórum. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Freire Júnior, Iderval Silva, José Augusto, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Sandoval Cardoso, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas: Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Logo após, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a deliberação da Ordem do Dia para a Sessão subsequente e encerrou a Sessão às dezessete horas e vinte e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 30 de junho de 2011

Ata da Septuagésima Quarta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia trinta do mês de junho do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pela Senhora Deputada Josi Nunes, Primeira-Secretária, e o Senhor Deputado Osires Damaso, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Iderval Silva, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Toinho Andrade e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes e Solange Duailibe. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados Freire Júnior, Manoel Queiroz, Stalin Bucar, Vilmar do Detran Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Ofício número 436/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Peixe, que tem por objeto promover a 8ª Exposição Agropecuária de Peixe, a realizar-se nos dias 16 a 20 de julho do corrente ano; Ofício número 437/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato

Rural de Alvorada, que tem por objeto promover a XX Exposição Agropecuária de Alvorada, a realizar-se nos dias 11 a 19 de junho do corrente ano; e Ofício número 438/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Cristalândia, que tem por objeto promover a XIII Exposição Agropecuária de Cristalândia, a realizar-se nos dias 16 a 22 de junho do corrente ano. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Requerimento que recebeu o número 4.470. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 4.470, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio. Em seguida, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados José Bonifácio, Marcello Lelis, Sargento Aragão e a Senhora Deputada Josi Nunes. Na deliberação da Ordem do Dia, foi anunciado em turno único de discussão e votação a Medida Provisória número 19/2011, de autoria do Governador do Estado, que “Altera o Anexo I da lei 2.314, de 30 de março de 2010, que dispõe sobre o Quadro próprio de Delegados de Polícia Civil do Estado do Tocantins, e o Anexo I da Lei 1.545, de 30 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Subsídios dos Policiais Civis”; que deu origem ao Processo número 449/2011, o qual votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para promulgar e comunicar a autoridade competente. Foram anunciados em primeira fase de discussão e votação os Projetos de Lei números 17/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Denomina trecho da Rodovia Estadual que especifica”; que deu origem ao Processo número 440/2011; e 19/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar operação de crédito externo com as garantias que especifica”, que deu origem ao Processo número 446/2011, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.410, 4.460, 4.407, 4.408, 4.409, 4.412, 4.375, 4.376, 4.411, 4.332 a 4.334, 4.377 a 4.381, 4.324 a 4.331, 4362 a 4.369, 4.336, 4.337, 4.371, 4.353, 4.355 a 4.357 e 4.359, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado à Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4.471, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando todos os interstícios regimentais para apreciação dos Processos números 440/2011 e 446/2011, o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e trinta minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 5 de julho de 2011

Ata da Septuagésima Quinta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia cinco do mês de julho do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e Zé Roberto, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número

legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Augusto, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e as Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes e Solange Duailibe. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Manoel Queiroz, Vilmar do Detran e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do texto bíblico, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Em seguida, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Logo após, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 42/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 20/2011, que “Dispõe sobre os Núcleos Setoriais de Controle Interno – NUSCIN, e adota outras providências”; Mensagem número 43/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 21/2011, que “Altera a Lei 1.532, de 22 de dezembro de 2004, nas partes que especifica”; Medida Provisória número 21/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera dispositivo da Lei 1.677, de 6 de abril de 2006, que dispõe sobre critérios e condições para promoção no Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Tocantins”; Ofício número 479/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Pium, que tem por objeto promover a XII Expoagro Pium, a realizar-se nos dias 22 a 26 de junho do corrente ano; Ofício número 427/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Xambioá, a realizar-se nos dias 04 a 10 de julho do corrente ano; Ofício número 426/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com a Prefeitura de Presidente Kennedy, que tem por objeto promover o 3º Rodeio Show de Presidente Kennedy Tonho Major, a realizar-se nos dias 17 a 19 de junho do corrente ano; Requerimento de autoria do Senhor Deputado Manoel Queiroz, solicitando licença para tratamento de saúde, bem como acompanhamento de seu filho com enfermidade grave, pelo período de 121 dias; Ofício número 478/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Almas, que tem por objeto promover a XVI Exposição Agropecuária de Almas, a realizar-se nos dias 10 a 27 de julho do corrente ano; ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a Celebração de Termos Aditivos, com vários Municípios do Estado do Tocantins; e Ofício número 474/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Dianópolis, que tem por objeto promover a XIII EXPODIANÓPOLIS, a realizar-se nos dias 13 a 19 de julho do corrente ano. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 146/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; 147/2011, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis; Projeto de Resolução número 21/2011, de autoria da Mesa Diretora; e os Requerimentos que receberam os números 4.473 a 4.488. Logo após, foi aprovada a urgência do Projeto de Resolução que recebeu o número 21/2011, de autoria da Mesa Diretora. Em seguida, com aquiescência do Plenário, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo

de até quarenta minutos, para Reunião de Bancada e Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a às doze horas e prorrogando-a, de ofício, por até uma hora, reabrindo-a às doze horas e trinta minutos. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado José Geraldo. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.470, 4.472, 4.457 a 4.459, 4.290, 4.291, 4.293, 4.314, 4.388, 4.382, 4.383, 4.449, 4.450, 4.400, 4.451, 4.452, 4.453, 4.384, 4.386, 4.398, 4.446, 4.447, 4.448, 4.392, 4.393, 4.395, 4.394, 4.403 a 4.405, 4.456, 4.428, 4.429, 4.430 a 4.445 e 4.389, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até uma hora, reabrindo-a às dezesseis horas e cinco minutos. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Marcello Lelis. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4.489, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando todos os interstícios regimentais para apreciação dos Processos números 441/2011, 447/2011, 448/2011, 461/2011 e 463/2011, o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e trinta minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 6 de julho de 2011

Ata da Septuagésima Sexta Sessão Ordinária

Às nove horas do dia seis do mês de julho do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e Toinho Andrade, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Bonifácio, José Geraldo, Osires Damaso, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes e Solange Duailibe. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, José Augusto, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Vilmar do Detran e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do texto bíblico, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Em seguida, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Logo após, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 46/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 23/2011, que “Altera a Lei 1.860, de 06 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011”; Mensagem número 48/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 26/2011, que “Cria o Instituto Pioneiros Mirins, de Apoio à Criança e ao Adolescente, e adota outras providências”; Projeto de Lei número 24/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 2.437,

de 31 de março de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2011”; e ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando a Celebração de Termos Aditivos, com o município de Santa Maria do Tocantins e a Associação Comunitária de Palmas, Saúde e Vida – ACOPLASV. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até vinte minutos, para Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a às doze horas e prorrogando-a por até uma hora, reabrindo-a às duas horas e vinte e um minutos. Logo após assumiu a Segunda-Secretaria a Senhora Deputada Solange Duailibe. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou que se fizesse a verificação de quórum. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Augusto, Manoel Queiroz, Marcello Lelis, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa e as Senhoras Deputadas Josi Nunes e Luana Ribeiro. Na deliberação da Ordem do Dia, por falta de quórum, o Senhor Presidente transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às catorze horas e vinte e seis minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 6 de julho de 2011

Ata da Septuagésima Sétima Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia seis do mês de julho do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e Wanderlei Barbosa, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, José Augusto, Vilmar do Detran e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu as Atas das Sessões anteriores à apreciação do Plenário, as quais foram aprovadas. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Em seguida, foi lido e despachado o expediente: Mensagem número 35/20011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 16/2011, que “Acrescenta dispositivos à Lei 2.434, de 31 de março de 2011, que consolida as estruturas operacionais e os quadros de provimento em comissão dos órgãos do Poder Executivo. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Lei número 149/2011, de autoria do Senhor Deputado Freire Júnior; e os Requerimentos números 4.490 a 4.492. Logo após, o Senhor Presidente em cumprimento ao que determina o artigo 236, do Regimento Interno, convocou para adentrar ao Plenário, o Suplente de Deputado Estadual Senhor Ricardo Ayres, para prestar o juramento e tomar Posse

como Deputado Estadual. Em seguida, o Senhor Presidente solicitou ao Primeiro-Secretário, Deputado Stalin Bucar, para fazer a leitura do Termo de Posse do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que após assiná-lo usou a palavra para fazer seus agradecimentos. Logo após, não havendo oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se a deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados em turno único de discussão e votação os Projetos de Lei número 23/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 1.860, de 6 de dezembro de 2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011”, que deu origem ao Processo número 465/2011; 24/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Altera a Lei 2.437, de 31 de março de 2011, que estima a receita e fixa a despesa do Estado do Tocantins para o exercício de 2011”, que deu origem ao Processo número 466/2011; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para extração de autógrafo. Foram anunciados em primeira fase de discussão e votação os Projetos de Lei 008/2011, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Declara de Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Tocantins o Festejo de Santa Ilda, do município de Itaporã”, que deu origem ao Processo número 89/2011; 39/2011, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “Concede Título de Cidadã Tocantinense a Conselheira Dóris Terezinha Pinto Cordeiro de Miranda Coutinho”, que deu origem ao Processo número 96/2011; 76/2011, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Concede Título de Cidadã Tocantinense à Senhora Neila Barbosa Osório, Coordenadora da Universidade da Maturidade do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 274/2011; 106/2011, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Beneficente Semeando Fogo, localizada em Palmas – TO”, que deu origem ao Processo número 370/2011; 138/2011, de autoria do Senhor Deputado Raimundo Palito, que “Declara de Utilidade Pública Estadual o Instituto Ecos do Cerrado Brasil – IECOS”, que deu origem ao Processo número 428/2011; Projeto de Resolução número 01/2011, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Dispõe sobre a criação no âmbito da Assembleia Legislativa, do serviço denominado “Ligue Cidadão”, e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 57/2011; e Projeto de Resolução número 02/2011, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo, que “Cria a Frente Parlamentar de apoio a Micro e Pequena Empresa no Estado do Tocantins”, que deu origem ao Processo número 59/2011; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.424, 4.425, 4.421, 4.422, 4.423, 4.466, 4.467, 4.468, 325, 887, 928, 3.390, 3.901, 4.462, 4.461, 4.413, 4.414, 4.416, 4.417, 4.418, 4.420, 4.464 e 4.465, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião Conjunta das Comissões, reabrindo-a às dezenove horas e dezesseis minutos. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4.493, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, Líder do Governo, que requer a convocação de Sessão Extraordinária, dispensando todos os interstícios regimentais para apreciação dos Processos números 57/2011, 59/2011, 89/2011, 96/2011, 274/2011, 370/2011, 428/2011, 451/2011, 460/2011, 462/2011, 464/2011, 467/2011 e 470/2011, o qual foi aprovado. Logo após, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezenove horas e dezoito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata

que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 7 de julho de 2011

Ata da Septuagésima Oitava Sessão Ordinária

Às nove horas do dia sete do mês de julho do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Raimundo Palito, Primeiro-Secretário, e Ricardo Ayres, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eli Borges, Freire Júnior, José Bonifácio, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Toinho Andrade, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e Das Senhoras Deputadas Amália Santana, Josi Nunes e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Iderval Silva, José Augusto, Stalin Bucar, Vilmar do Detran e a Senhora Deputada Luana Ribeiro. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Mensagem número 44/20011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando o Projeto de Lei número 22/2011, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S. A., e adota outras providências”; Mensagem número 49/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 27/2011, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., e adota outras providências”; mensagem número 50/2011, encaminhando Projeto de Lei número 28/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder garantia fidejussória em operação de crédito entre a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S.A. – Fomento e o Banco da Amazônia S.A.”; Projeto de Lei número 137/2011, de autoria do Senhor Deputado Wanderlei Barbosa, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Mães do Setor Irmã Dulce – AMASDULCE”; Projeto de Lei número 146/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso, que “Dispõe sobre a implantação do sistema de sinalização informativa relativa a serviços essenciais ao cidadão nas rodovias estaduais”; Projeto de Lei número 147/2011, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis, que “Concede passe livre aos portadores de câncer nos ônibus no Sistema de Transporte Coletivo Intermunicipal no Estado do Tocantins”; Projeto de Lei número 149/2011, de autoria do Senhor Deputado Freire Júnior, que “Dispõe sobre a concessão de estágio para os menores egressos do sistema socioeducativo nos contratos celebrados com órgãos da Administração Pública do Estado do Tocantins”; e Projeto de Lei número 152/2011, de autoria do Senhor Deputado Freire Júnior, que “Denomina o Hospital de Referência de Araguaçu, de Hospital de Referência Tertuliano Corado Lustosa”. Logo após, o Senhor Presidente de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até dez minutos, para Reunião com os Senhores Deputados, reaberta às nove horas e cinquenta e cinco minutos. Na Apresentação de Matéria foram

apresentados os Requerimentos números 4.497 a 4.499. Em seguida, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente, suspendeu a Sessão pelo prazo de até trinta minutos, para Reunião conjunta das Comissões, reabrindo-a às doze horas e quarenta e três minutos. Logo após, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Sargento Aragão, e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Raimundo Palito. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em primeira fase de discussão e votação os Projetos de Lei números 22/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 474/2011; 27/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Chefe do Poder Executivo a contratar financiamento junto ao Banco do Brasil S.A., e adota outras providências”, que deu origem ao Processo número 475/2011; 28/2011, de autoria do Senhor Governador do Estado, que “Autoriza o Poder Executivo a conceder garantia fidejussória em operação de crédito entre a Agência de Fomento do Estado do Tocantins S. A. – FOMENTO e o Banco da Amazônia S. A.”; que deu origem ao Processo número 476/2011; os quais votados, foram aprovados e encaminhados à segunda fase de discussão e votação. Foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.091, 4.095, 4.096, 1.957, 2.248, 2.542, 2.664, 4.476, 4.477, 4.478, 4.474, 4.475, 4.490, 4.491, 4.492, 4.479 a 4.485 e 4.494, os quais votados, foram aprovados e encaminhados a Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação o Requerimento que recebeu o número 4.450, de autoria do Senhor Deputado José Bonifácio, Líder do Governo, que requer a inclusão dos processos na Sessão Ordinária e convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais para apreciação dos Processos números 475/2011, 476/2011 e 477/2011, o qual foi aprovado. Logo após, com aquiescência do Plenário o Senhor Presidente suspendeu a Sessão pelo prazo de até quarenta minutos, reabrindo-a às treze horas e dezesseis minutos. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e dezessete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 2 de agosto de 2011

Ata da Septuagésima Nona Sessão Ordinária

Às nove horas do dia dois do mês de agosto do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelo Senhor Deputado Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e a Senhora Deputada Amália Santana, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense, e em consonância com o artigo 15 da Constituição Estadual e com o inciso I do artigo 3º do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou aberto os trabalhos do Segundo Período Legislativo da Primeira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, e também aberta a presente Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Freire Júnior, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Raimundo Palito, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé

Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Iderval Silva, José Augusto, José Bonifácio e a Senhora Deputada Josi Nunes. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Ofício número 529/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando Celebração de Convênio com o Sindicato Rural de Lagoa da Confusão, que tem por objeto promover a XI Expolagoa, realizada nos dias 10 a 17 de julho do corrente ano; ofício número 4.229, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a Celebração de Convênio, com o Instituto Nossa Senhora de Lourdes, filiado ao Centro Educacional Nossa Senhora do Rosário, que tem como objetivo a Descentralização das Ações e Serviços de Saúde; Ofício número 173/2011, oriundo da Subsecretaria para Implantação da Região Administrativa de Araguatins, encaminhando cópias das Autorizações de Serviços, referentes à pavimentação da rodovia TO-010 e recuperação do balizamento noturno do Aeroporto de Araguatins; e ofícios oriundos da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros destinados ao Estado do Tocantins, no Programa Pró-Moradia, com diversos Municípios e Associações no Estado do Tocantins. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 153, 154 e 155/2011, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro; 156/2011, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis; Projetos de Decreto Legislativo números que receberam os números 07, 08 e 09/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e os Requerimentos números 4.502 a 4.523. Logo após, foram rejeitadas as urgências dos Projetos de Decreto Legislativo, que receberam os números 07, 08 e 09/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 4.502/2011, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Eli Borges. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Stalin Bucar, Marcello Lelis, Ricardo Ayres, Sargento Aragão, Wanderlei Barbosa e a Senhora Deputada Amália Santana. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Raimundo Moreira. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.495, 4.497, 4.498, 318, 706, 718, 1.463, 4.499, os quais votados, foram aprovados e encaminhados a Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares usaram a tribuna os Senhores Deputados Stalin Bucar e Ricardo Ayres. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa**em 3 de agosto de 2011****Ata da Octagésima Sessão Ordinária**

Às nove horas do dia três do mês de agosto do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e Marcello Lelis,

Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Freire Júnior, Iderval Silva, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Josi Nunes e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eli Borges, José Augusto, José Bonifácio e Raimundo Palito. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Decreto Legislativo número 07/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Define o conceito de calamidade pública no âmbito do Estado do Tocantins e Municípios para efeito do artigo 65 da Lei Complementar 101/2000, e dá outras providências”; Projeto de Decreto Legislativo número 08/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Susta a Portaria/SEINFRA número 316, de 03 de junho de 2011, veiculada no Diário Oficial do Estado número 3.408, de 22 de junho de 2011”; e Projeto de Decreto Legislativo número 09/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres, que “Susta o Decreto número 4.279, de 19 de abril de 2011, editado pelo Poder Executivo Estadual veiculado pelo Diário Oficial do Estado número 3.365, de 19 de abril de 2011”. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Stalin Bucar, a Primeira-Secretaria a Senhora Deputada Solange Duailibe e a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Projetos de Lei que receberam os números 157/2011, de autoria do Senhor Deputado Osires Damaso; 158/2011, de autoria do Senhor Deputado José Augusto; 159/2011, de autoria do Senhor Deputado Stalin Bucar; e os Requerimentos números 4.524 a 4.529. No horário destinado às Comunicações, usaram a tribuna os Senhores Deputados Sargento Aragão, Stalin Bucar, Marcello Lelis, Wanderlei Barbosa e a Senhora Deputada Josi Nunes. Logo após, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Raimundo Moreira e a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.502, 4.506, 4.507, 4.509, 4.510, 4.511, 4.512, 4.515 a 4.520, 4.521, 4.522 e 4.523, os quais votados, foram aprovados e encaminhados a Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares usaram a tribuna os Senhores Deputados Stalin Bucar e Sargento Aragão. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Ata da Octagésima Primeira Sessão Ordinária

Às quinze horas do dia três do mês de agosto do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados Stalin Bucar, Primeiro-Secretário, e a Senhora Deputada Luana Ribeiro, Segunda-Secretária. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o

Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Geraldo, Marcello Lelis, Osires Damaso, Ricardo Ayres, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Vilmar do Detran, Wanderlei Barbosa, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro, Josi Nunes e Solange Duailibe. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: José Augusto, José Bonifácio, Raimundo Palito, Sandoval Cardoso e Toinho Andrade. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente, por falta de quórum, transferiu a deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 153/2011, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Institui obrigação de na rede pública e privada de ensino a disponibilização de cadeiras especiais para os alunos portadores de deficiência física”; Projeto de Lei número 154/2011, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Ação Social Ivone Dores da Silva, na cidade de Palmas”; Projeto de Lei número 155/2011, de autoria da Senhora Deputada Luana Ribeiro, que “Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Federal de Artes Marciais do Estado do Tocantins JIU- JÍTSU/KARATÊ de Contato de Lutas Associadas localizada em Palmas – TO”; Projeto de Lei número 156/2011, de autoria do Senhor Deputado Marcello Lelis, que “Reserva o quantitativo de 50% das vagas dos concursos vestibulares da Fundação Universidade do Tocantins – UNITITNS para os estudantes oriundos da rede pública de ensino”. Ofício número 52/2011, oriundo da Secretaria da Juventude, informando celebração de convênio com a Federação de Beach Soccer do Estado do Tocantins, com o objetivo de viabilizar a realização da Copa dos Campeões de Beach Soccer que ocorrerá na cidade de Palmas-To, até o dia 31 de agosto de 2011; Ofícios números 1.406 e 1407/2011 oriundo da Caixa Econômica Federal – CEF, informando a liberação de recursos financeiros, destinados ao Estado do Tocantins, no Programa Pró-Moradia, com os municípios de Talismã e Darcinópolis; Ofício número 596/2011, oriundo da Secretaria da Agricultura, da Pecuária e do Desenvolvimento Agrário, informando celebração de convênio com a Prefeitura Municipal de Almas, com o objetivo de promover a XIV Exposição Agropecuária, realizada nos dias 10 a 17 de julho do corrente ano; e Ofício número 4.509, oriundo da Secretaria da Saúde, comunicando a celebração de Termos de Cooperação Técnica, firmando entre o Estado do Tocantins, através da Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério Público do Trabalho – 10.^a região, visando proteger, preservar e recuperar a integridade física e mental da saúde de crianças e adolescentes em situação de trabalho. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Projeto de Resolução que recebeu o número 23/2011, de autoria do Senhor Deputado Ricardo Ayres; e os Requerimentos números 4.530 a 4.537. Logo após, foi aprovada a urgência do Requerimento que recebeu o número 4.535, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes. Em seguida, assumiu a Presidência o Senhor Deputado Eli Borges. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Ricardo Ayres. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão pelo prazo de até dois minutos, reabrindo-a às dezesseis horas. Na deliberação da Ordem do Dia, o Senhor Presidente, por falta de quórum transferiu a sua deliberação para a Sessão subsequente. No horário destinado às Discussões Parlamentares usaram a tribuna os Senhores Deputados Marcello Lelis, Wanderlei Barbosa e Sargento Aragão. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dezessete horas e quatro minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e

hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

7ª Legislatura, 1ª Sessão Legislativa

em 4 de agosto de 2011

Ata da Octagésima Segunda Sessão Ordinária

Às nove horas do dia quatro do mês de agosto do ano de dois mil e onze, reuniram-se as Senhoras e os Senhores Deputados no Plenário desta Casa de Leis, nesta Capital, presidida pelo Senhor Deputado Raimundo Moreira, Secretariado pelos Senhores Deputados José Geraldo, Primeiro-Secretário, e Ricardo Ayres, Segundo-Secretário. Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, com a presença dos Senhores Deputados: Amélio Cayres, Eli Borges, Freire Júnior, Iderval Silva, José Geraldo, Osires Damaso, Ricardo Ayres, Sandoval Cardoso, Sargento Aragão, Stalin Bucar, Toinho Andrade, Vilmar do Detran, Zé Roberto e das Senhoras Deputadas Amália Santana, Luana Ribeiro e Josi Nunes. Encontra-se licenciado o Senhor Deputado Manoel Queiroz. Deixaram de comparecer os Senhores Deputados: Eduardo do Dertins, José Augusto, José Bonifácio, Marcello Lelis, Raimundo Palito, Wanderlei Barbosa e a Senhora Deputada Solange Duailibe. Após a leitura do texto bíblico, o Senhor Presidente nos termos do artigo 26, inciso I, alínea “c” do Regimento Interno, submeteu a Ata da Sessão anterior à apreciação do Plenário, a qual foi aprovada. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 158/21011, de autoria do Senhor Deputado José Geraldo que, “Dispõe sobre obrigatoriedade da instalação de equipamentos sonoros dentro das salas de aulas das escolas públicas estaduais e municipais no âmbito do Estado do Tocantins”; Ofícios oriundos da Secretaria da Saúde, informando Celebração de Termos Aditivos aos Convênios firmados entre o Estado do Tocantins e diversos Municípios do Estado; ofício número 5.044/2011, oriundo da Secretaria da Saúde, informando Celebração de Convênio firmado pelo Estado do Tocantins e o município de Jaú do Tocantins; comunicado número 376/2011, oriundo do Ministério da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação no Estado; ofício número 341/2011, oriundo do Ministério Público Estadual, encaminhando Projeto de Lei Complementar que “Altera a Lei Complementar número 51, de 2 de janeiro de 2008, que institui a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins”; e Ofício número 342/2011, oriundo do Ministério Público Estadual, encaminhando Projeto de Lei Complementar, que “Altera a Lei Complementar número 72, de 1º de junho de 2011, que dispõe sobre a criação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado – GAECO no âmbito do Estado do Tocantins, e dá outras providências”. Na Apresentação de Matéria foi apresentado o Requerimento que recebeu o número 4.508. No horário destinado às Comunicações, usou a tribuna o Senhor Deputado Ricardo Ayres. Logo após, assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado Iderval Silva. Na deliberação da Ordem do Dia, foram anunciados em fase única de discussão e votação os Requerimentos números: 4.535, 4.524, 4.525, 4.526, 4.527, 4.528 e 4.529, os quais votados, foram aprovados e encaminhados a Secretaria para providenciar. Em seguida, assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Stalin Bucar. No horário destinado

às Discussões Parlamentares usou a tribuna o Senhor Deputado Ricardo Ayres. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às dez horas e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, aprovada, será assinada pela Comissão Executiva e encaminhada à publicação.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Atos Administrativos

PORTARIA N.º 189A/2011–P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal n.º 8.666/1993,

Considerando o disposto na C.I. N.º 0055/DIRAD, de fls. 02, dos autos, que solicita ao Protocolo Geral autuação do processo referente ao curso de licitação para capacitação de servidores desta Casa, a ser contratado junto a empresa **G. R. PASSOS – ME**,

Considerando o disposto no DESPACHO N.º 048/2011, da Diretoria de Área Administrativa, fls. 17/18, que motiva a necessidade da contratação, pelas razões elencadas no mesmo,

Considerando ainda, o Parecer Jurídico n.º 090/2011–PJA/AL, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, folhas 19/20, do Processo n.º 00352/2011, externando a possibilidade da contratação da empresa citada acima para prestar serviço de curso de licitação para capacitação de servidores desta Casa de Leis, com fundamento no artigo 25, *Inciso II*, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º. **INEXIGIR** a licitação com fulcro no art. 25, *Inciso II*, da Lei Federal, n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, visando à prestação de serviço de curso de licitação para capacitação de servidores desta Casa de Leis, em favor da empresa **G. R. PASSOS – ME**, CNPJ n.º 12.559.104/0001-10, Processo n.º 00352/2011, no valor de R\$ 3.540,00 (três mil, quinhentos e quarenta reais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 19 dias do mês de maio de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

PORTARIA N.º 222A/2011–P

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o art. 28 do Regimento Interno, (Resolução n.º 201, de 18 de setembro de 1997), em consonância com a Resolução n.º 220, de 27 de dezembro de 2001, e ainda com fulcro na Lei Federal n.º 8.666/1993,

Considerando o disposto na Justificativa de fls. 11/12, da Diretoria de Serviços Gerais e Comunicação Administrativa, que pelos seus próprios fundamentos, elenca os fatores relevantes, que justificam a locação do imóvel, para atender o armazenamento de móveis usados desta Casa de Leis, pelo período de 6(seis) meses,

Considerando o disposto no DESPACHO N.º 053/2011, da Diretoria de Área Administrativa, fls. 28/29, que justifica a necessidade da locação do imóvel apresentado, pelas razões expostas via Diretoria de Serviços Gerais e Comunicação Administrativa,

Considerando que o valor da proposta de locação foi apresentado abaixo das avaliações mercadológicas e técnicas e principalmente que as características do imóvel se adéquam perfeitamente às necessidades urgentes desta Casa,

Considerando o disposto no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93, Art. 24. É dispensável a licitação: (...)

X – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia,

Considerando ainda, o Parecer n.º 108/11, da Procuradoria Jurídica desta Casa de Leis, fls. 30/31 do processo, externando a possibilidade da locação do imóvel, requerido nos autos,

RESOLVE:

Art. 1º. **DISPENSAR** a licitação com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei Federal, n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, visando à locação do imóvel para abrigar móveis usados desta Casa de Leis, localizado na 103 Sul, Rua SO – 05, Conjunto 03, Lote 32, na cidade de Palmas, em favor do Senhor **LUIS CARLOS BECKER DO PRADO LIMA**, CPF n.º 472.436.430-00, processo n.º 00312/2011, pelo período de 6(seis) meses, no valor mensal de R\$ 3.000,00 (três mil reais), totalizando R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 22 dias do mês de junho de 2011.

Deputado **RAIMUNDO MOREIRA**
Presidente

DEPUTADOS DA 7ª LEGISLATURA	
Amália Santana - PT	Osires Damaso - DEM
Amélio Cayres - PR	Raimundo Moreira - PSDB
Eduardo do Dertins - PPS	Raimundo Palito - PP
Eli Borges - PMDB	Ricardo Ayres - PMDB (Suplente)
Freire Júnior - PSDB	Sandoval Cardoso - PMDB
Iderval Silva - PMDB	Sargento Aragão - PPS
José Augusto - PMDB	Solange Duailibe - PT
José Bonifácio - PR	Stalin Bucar - PR
José Geraldo - PTB	Toinho Andrade - DEM
Josi Nunes - PMDB	Vílmor do Detran - PMDB
Luana Ribeiro - PR	Wanderlei Barbosa - PSB
Manoel Queiroz - PPS (Licenciado)	Zé Roberto - PT
Marcello Lelis - PV	